



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia¹

A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO CENTRO-SUL BAIANO (2016-2021).

Samille Evangelista Oliveira², Suzane Tosta Souza³

RESUMO

A trajetória do debate agrário e a defesa da reforma agrária no Brasil tem impacto direto na produção dos territórios de reprodução camponesa. Evidencia-se que a luta pela terra (tão forte nas últimas décadas do século XX e início dos anos 2000) vem sofrendo forte refluxo, sobretudo na última década com a investida das classes proprietárias rentistas para intensificar a expansão capitalista. Dessa forma, a presente pesquisa se debruça sobre a repercussão que os aparatos legais/jurídicos produziram na luta pelo acesso à terra no Brasil, resultando no resfriamento e a criminalização dos movimentos populares em prol da reforma agrária.

PALAVRA CHAVE: Luta; Reforma agrária; Reprodução;

THE STRUGGLE FOR AGRARIAN REFORM IN BRAZIL FACING THE HISTORICAL SETTINGS OF LAST GOVERNMENTS (2016-2020).

ABSTRACT

The trajectory of the agrarian debate and the struggle for agrarian reform in Brazil has a direct impact on the production of territories of peasant reproduction. It is evident that the struggle for land (so strong in the last decades of the 20th century and the beginning of the 2000s) has been suffering a strong reflux, especially in the last decade with the onslaught of the rentier property classes to intensify capitalist expansion. Thus, this research focuses on the repercussions that the legal/judicial apparatus produced in the struggle for access to land in Brazil, resulting in the cooling and criminalization of popular movements fighting for agrarian reform.

KEYWORD: Fight; Land reform; Reproduction;

INTRODUÇÃO

Os condicionantes históricos interferem e sobredeterminam à produção do espaço agrário brasileiro. A ação dos movimentos de resistência e luta pelo acesso à terra, representam às organizações sociais que denunciam os processos históricos de apropriação privada da terra e a concentração fundiária. O camponês exerce significativo papel político nesse contexto, enquanto classe social que, historicamente, se reproduz nas contradições do modo de produção. Mas, também, sentem, claramente, o avanço do capital no campo,

¹ Pesquisa realizada entre outubro de 2021 a setembro de 2022, com bolsa financiada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

² Graduanda do VIII semestre do curso de licenciatura em Geografia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB. E-mail: samilleevangelista@gmail.com.

³ Professora (nível Pleno) do Departamento de Geografia (DG) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB e orientadora do projeto. E-mail: suzane.tosta@uesb.edu.br.

demarcando processos de expropriação, mobilidade do trabalho e sujeição da renda desses sujeitos.

Nesse movimento, a apropriação privada da terra marca a tendência historicamente constituída no Brasil, basta analisar a Lei de terras (1850) – um marco importante da consolidação e do avanço capitalista no campo, dado que a lei determina o direito ao acesso à terra por meio da compra do título da propriedade. Isso revela o quanto o acesso à terra é classista e desigual no país. Visto que, com a abolição (legal) do trabalho escravo, a terra passa a ser a principal mercadoria e os proprietários/latifundiários já existentes no país eram os únicos com recursos para obtê-la. Dessa forma, podemos constatar que o acesso à terra no Brasil representa uma questão de classe, estritamente ligada à desigualdade que se perpetua na sociedade.

Ressalta-se que, após mais de 20 anos de ditadura civil militar no Brasil, diante da significativa concentração da propriedade fundiária, nas mãos de uma classe rentista no campo, os movimentos sociais de luta pela terra reascendem a luta pela terra e pela reforma agrária. Esses movimentos tão fortes nos anos de 1980 até início dos anos 2000, que lutaram por uma reconfiguração do campo brasileiro, começam a sofrer reveses, sobretudo de 2010 em diante, mediante o fortalecimento de uma bancada ruralista no Congresso Nacional, que além de minar as políticas em prol de uma Reforma Agrária, também investiu na perseguição e criminalização dos sujeitos em luta – levando a um recuo de suas ações.

MATERIAL E MÉTODOS

O levantamento bibliográfico foi realizado no esforço de estabelecer uma análise crítica da consolidação do espaço agrário brasileiro e das relações de poder existentes no campo. Sendo assim, a pesquisa se fundamenta em dados secundários e procura interpretar a configuração espacial da luta pela terra. Dessa maneira, para referendar os objetivos propostos, foram realizados levantamentos sobre a concentração fundiária (do IBGE) e as políticas públicas efetivas de assentamento, regularização e reassentamento promovidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Utilizou-se ainda, textos de Medidas Provisórias (MPs), Projetos de leis e outros aparatos jurídicos – que criam empecilhos para a realização da reforma agrária e atacam os direitos historicamente conquistados pelos povos do campo. Sendo também consultados dados da Comissão Pastoral da Terra, sobre os conflitos existentes no campo, bem como dos movimentos sociais de luta pela terra. Além disso, consultou-se dados dos Laboratórios e grupos de pesquisa sobre a questão agrária, a exemplo do Laboratório Agrária (USP), do Grupo de Pesquisa GeografAR (UFBA), do Laboratório de Agrária (UFS) e do Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos (LEAU) da UESB.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se realizar uma leitura sobre as transformações espaciais ocorridas no campo brasileiro, sobretudo na última década, é possível se afirmar que as ações mais efetivas dos movimentos de luta pela terra – a exemplo da ocupação de terras e a consolidação dos acampamentos, seja nas propriedades improdutivas ou nas “beiras das estradas” de todo o país, tão presentes outrora, – hoje sofrem um refluxo. Mas, é importante observar que essa diminuição de forma alguma indicou um passo à frente, no sentido da reforma agrária, ou mesmo de avanço nas políticas públicas voltadas ao assentamento da população rural denominada sem-terra. Longe disso, o que se verifica é um aumento da grilagem, da concentração fundiária, do pacto entre classes dominantes, e entre essas com o Estado, fomentando a perseguição e a Criminalização dos movimentos sociais e dos sujeitos que lutam.

Tendo como recorte analítico a Mesorregião do Centro-Sul Baiano podemos fazer uma análise mais relacionada as disparidades criadas juridicamente, que promovem a expropriação e o enfraquecimento da luta pela terra. Os dados disponibilizados pelo Projeto de Pesquisa GeografAR, da Universidade Federal da Bahia, enquanto sistematizações dos Censos Agropecuários do IBGE/INCRA, indicam o aumento da concentração fundiária em basicamente todos os municípios do Centro-Sul Baiano. Acompanhando a tendência nacional, a luta pela terra – via processos de ocupação – que foram tão evidentes a partir de final da década de 1980 até a primeira década do ano 2000, encontra-se em refluxo. Essa realidade foi evidenciada na Pesquisa Reforma Agrária no Sudoeste da Bahia, realizada junto ao Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos (LEAU-UESB), ao destacar as primeiras ocupações de terra na região, em finais da década de 1980, e que adquiriu novo fôlego na década de 1990 – com a organização da regional Sudoeste pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, quadro que se manteve até a primeira década de 2000, representando a mobilização e o assentamento de centenas de famílias camponesas, mas que após esse período, seguindo a tendência nacional, encontra-se em descenso, tendo, inclusive, perdido algumas áreas de acampamentos.

Após o ano de 2016, em que ascende novos ataques, na forma da lei, aos movimentos de luta pela terra, as ocupações de terra se tornaram esporádicas e não houve nenhum projeto novo de assentamento de população na terra no período da pesquisa. Os dados da Comissão Pastoral da Terra apontam, no período, para a existência de 1 a 2 acampamentos existentes no estado da Bahia. A justificativa para isso é o processo de criminalização e violência existente no campo na atualidade, principalmente com o golpe ocorrido no ano de 2016 (com o impeachment de uma presidenta legitimamente eleita), seguido da ascensão de um governo

de extrema-direita em 2019, deixando o agronegócio – também presente no Centro-Sul Baiano, bem à vontade para expandir seus tentáculos. Quanto aos que já se encontram na condição de assentados, na região, ressalta-se que as principais problemáticas enfrentadas pelos mesmos são as condições que assegurem a sua reprodução (SOUZA, 2010).

Portanto, conclui-se que aparelhar-se de condições legais/jurídicas para criminalizar a luta dos trabalhadores rurais tem sido a ferramenta mais importante do movimento de contrarreforma agrária para promover o desmonte da expressão/força política das organizações sociais. Pode-se citar, já no primeiro ano do Governo Bolsonaro, medidas elaboradas por um dos seus filhos, o Senador Flávio Bolsonaro (Republicanos/RJ), como: a MP 910/19 (intitulada MP da Grilagem) – que visa entregar terras públicas para os grandes latifundiários; a PEC 80/19 – voltada a flexibilizar a caracterização da função social da propriedade e dificultar a desapropriação para fins de reforma agrária; e o PL 2362/19 – que dispõe sobre a exploração de vegetação nativa, revogando o Código Florestal, garantindo a exploração econômica dessas áreas; além de outros ataques elaborados pelos demais representantes da bancada do agronegócio, a exemplo dos seguintes: PL 4849/19 – que retira os instrumentos de avaliação, prevenção e controle de impactos socioambientais de obras e atividades econômicas no país; o PL 510/21 e o PL 2633/20 – que favorecem a grilagem de terras; o PL 5518/20 – que garante concessões florestais; o PL 1293/21 – voltado ao autocontrole na produção de alimentos; os PLs 490/07 (Marco Temporal) e 191/20 – que regularizam a exploração dos Territórios Indígenas; o PL 6299/22 – denominado pacote do veneno; os PLs 3842/12 e 6442/16 – que acabam com o trabalho escravo, dentre tantos outros ataques aos povos do campo. Sendo assim, o endurecer da luta abre espaço para o esvaziamento das organizações populares que representam os trabalhadores rurais e camponeses.

CONCLUSÕES

Para os movimentos camponeses a presença das contradições e dos empecilhos relacionados a estrutura fundiária, impossibilita a reprodução desses sujeitos. Uma vez que, para essa classe a sua forma de reprodução está relacionada ao acesso à terra de trabalho. Esses sujeitos expropriados dos meios de produção podem por meio da luta social - muitas vezes associadas a atos terrorista - defender uma Reforma Agrária Popular. Entretanto, diante do avanço do capital no campo, do agronegócio e da grilagem, bem como da ação de criminalização impulsionada pelo Estado brasileiro, a luta pela terra entra em descenso, ao passo em que os conflitos no campo e o aumento das desigualdades sociais se crescem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O que há de novo no rural brasileiro? Rev. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.87- 112, 2000. Disponível em: https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/05/TL_N15.pdf . Acesso em: 02 ago. 2021.
2. Conflitos no Campo: Brasil, 2020/Centro de documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2021. Acesso em: 08 out. 2021 Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1utQKn_tFoNyWgmOSz8x6uxi8OxDLe_if/view
3. FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra - 2001. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomic/a/Geografiarural/02.pdf> Acesse em: 31 ago 2022.
4. OXFAM (2016). *Relatório “Terrenos da Desigualdade – Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural”* Oxfam, Brasil, novembro de 2016. Disponível em: <https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos-desigualdade-brasil.pdf> . Acesso em: 09 dez 2021.
5. SOUZA, Suzane Tosta. Luta pela terra e atuação dos Movimentos Sociais no Sudoeste da Bahia: as estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). In: Jânio Roberto Diniz dos Santos; Sócrates Oliveira Menezes; Suzane Tosta Souza. (Org.). **Novas Configurações do Espaço Agrário Nordestino**. Expansão do Capital *versus* movimentos e organizações sociais de luta pela terra. Vitória da Conquista/BA: Edições UESB, 2010, v. Único, p. 51-89.
6. STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/brava%20gente%202012.pdf>. Acesso em: 14 abr 2022.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa possibilitou um desenvolvimento intelectual de tamanha importância para nossa vida acadêmica, e conseqüentemente profissional. Por intermédio da análise crítica do espaço pôde-se compreender as problemáticas sociais impostas pelos processos históricos que compõem a realidade posta, além da influência da atuação política e, conseqüentemente, o poder de enfrentamento para os dilemas presentes no seio da expansão capitalista. Portanto, agradecemos à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) pelo financiamento da bolsa e pela possibilidade de construção de tal conhecimento. Agradecemos, também, a Prof^a Dr^a Suzane Tosta Souza, que por meio de suas provocações e posicionamentos ajudou a traçar essa caminhada, sempre com muito compromisso e dedicação, tornando as produções acadêmicas uma verdadeira ferramenta analítica de nossa sociedade.